



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2025

(DO SR. MARCOS POLLON)

Susta o Decreto nº 12.000, de 18 de abril de 2024, que homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Aldeia Velha, em Porto Seguro, estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica susgado o Decreto nº 12.000, de 18 de abril de 2024, publicado no Diário Oficial da União em 19 de abril de 2024, que homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Aldeia Velha (Município de Porto Seguro/BA), destinada à posse permanente do grupo indígena Pataxó.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação

JUSTIFICAÇÃO

Esta proposta visa sustar o Decreto nº 12.000, de 18 de abril de 2024, que homologou a demarcação da Terra Indígena Aldeia Velha, localizada no município de Porto Seguro, Bahia.

Embora seja reconhecido o direito originário dos povos indígenas à posse permanente de suas terras, a forma como este decreto foi publicado e homologado apresenta falhas graves que comprometem a legalidade e a segurança jurídica do processo.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Primeiramente, não houve a devida notificação pessoal e clara dos proprietários e ocupantes das áreas afetadas, o que fere o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantidos pela Constituição Federal. A simples publicação do decreto não pode substituir a comunicação direta aos envolvidos, especialmente quando a legislação prevê que a notificação por edital é medida excepcional, adotada apenas após esgotados todos os meios para localizar os interessados.

Além disso, a homologação foi realizada sem a apresentação pública e acessível dos estudos técnicos e pareceres que fundamentam a demarcação, o que gera dúvidas quanto à transparência e à correção do procedimento administrativo.

É fundamental que processos dessa natureza sejam conduzidos com rigor técnico e respeito aos direitos de todos os envolvidos, equilibrando os direitos indígenas e os direitos de propriedade legítimos, garantidos pela Constituição.

Por fim, cabe ao Congresso Nacional o papel de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, especialmente quando esses atos podem impactar direitos individuais e coletivos, garantindo que sejam respeitados os princípios do Estado Democrático de Direito.

Dessa forma, o sustamento deste decreto não representa uma negação do direito dos povos indígenas, mas sim a exigência de que o processo de demarcação seja conduzido com legalidade, transparência e respeito a todos os cidadãos.

Sala das Sessões, em ____ de agosto de 2025.

Marcos Pollon

Deputado Federal (PL/MS)

